



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA

O IMPERIALISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DOS
AUTORES MARXISTAS CLÁSSICOS

SALVADOR

2007

PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA

**O IMPERIALISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DOS
AUTORES MARXISTAS CLÁSSICOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

SALVADOR

2007

PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA

**O IMPERIALISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DOS
AUTORES MARXISTAS CLÁSSICOS**

Aprovada em ____ de dezembro de 2007

Orientador: _____

Prof. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA

Prof^a. Maria José Rapassi Mascarenhas
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA

Dedico este trabalho a minha mãe Djanira, a minha tia Judith e a minha madrinha Radija por terem contribuído na minha formação psicológica e acadêmica, assim como nos momentos mais difíceis da minha vida. À minha mãe em especial, por ter vencido todos os obstáculos e preconceitos em busca de uma vida mais digna para sua família.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, a minha mãe Djanira, a minha tia Judith, a minha madrinha Radija e ao meu padrinho Clínio pelo fato de terem priorizado e me ensinado a importância dos meus estudos durante toda a minha vida.

A minha tia Del pelas férias em Catu e aos meus inúmeros primos e primas que conviveram comigo ao longo desses anos. Agradeço as minhas tias Carminha, Conceição, Cremilda, Janete, entre outras. Agradeço a Luís e a Marina pela educação que me deram durante a minha infância. Aos filhos e aos parentes de minha madrinha e de meu padrinho.

Aos meus amigos da Faculdade e da Therezinha meu profundo agradecimento. Aos professores do Curso e Cooperativa Conexão XXI, por terem criado um curso destinado a pessoas de baixa renda em 2001, no qual eu estudei e passei no vestibular de Economia, contrariando a tendência. Além disso, foi através deste curso que eu conheci Marx, teórico que provocou uma revolução na minha vida e a minha maior inspiração intelectual. Agradeço também, e principalmente, à minha namorada Rebeca pela compreensão e incentivo aos meus estudos.

Aos professores Filgueiras, Plínio, Celeste e Sepúlveda pelos anos de dedicação ao NEC e o combate às idéias da teoria neoclássica em sala de aula. Em especial, aos professores Paulo Balanco pela dedicação ao marxismo e por ter me orientado neste trabalho e a Maria José pelo fato de ter despertado o meu interesse pela História Econômica, uma das mais fascinantes áreas das ciências humanas.

Obrigado a Todos!!

Elevando a concentração da produção a limites sem precedentes e criando um aparelho centralizado de produção, o capitalismo preparou, assim, ao mesmo tempo, as imensas equipes de seus próprios coveiros. No vasto conflito de classes, a ditadura do proletariado substitui a ditadura do capital financeiro. “Soou a hora da propriedade capitalista. Os expropriadores serão expropriados”.

NIKOLAI BUKHARIN

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as características fundamentais do capitalismo em sua fase imperialista, segundo a ótica marxista. Para tanto, faz-se uso das obras mais importantes da literatura econômica referentes a este tema. O trabalho será desenvolvido a partir da análise de conceitos, considerados fundamentais para o entendimento desta temática, quais sejam: capital financeiro, monopólios, exportação de capitais, burguesia financeira, entre outros. O papel da colonização também será posto em destaque. Além disso, serão analisadas as contribuições de alguns autores, que não fazem parte da tradição socialista: As obras de John Hobson, pela sua grande influência no pensamento de Lênin, e Joseph Schumpeter por apresentar uma explicação diferente da proposta pelos autores ligados ao marxismo.

Conceitos-chave: burguesia financeira, capital financeiro, capitalismo monopolista, exportação de capitais, imperialismo, marxismo e socialismo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Capital investido no exterior em bilhões de francos – Inglaterra, França, Alemanha.....	33
Tabela 2 - Possessões coloniais dos EUA e das grandes potências européias.....	38
Tabela 3 - Despesas do Exército e da Marinha – Países selecionados.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O CAPITALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	16
2.1	CAPITALISMO CONCORRENCIAL	18
2.2	CAPITAL MONOPOLISTA	21
3	O IMPERIALISMO E A DINÂMICA DE SEU DESENVOLVIMENTO	25
3.1	CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL, MONOPÓLIOS E O CAPITAL FINANCEIRO	25
3.2	A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS	31
4	A PARTILHA DOS TERRITÓRIOS ECONÔMICOS	35
4.1	A LÓGICA CAPITALISTA E A AÇÃO TERRITORIAL DO IMPERIALISMO	35
4.2	A CONCEPÇÃO SCHUMPTERIANA	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

As principais potências, na primeira metade do século XX, desencadearam os dois maiores conflitos bélicos¹ da história da humanidade, de alcance nunca antes atingido, nem mesmo na Antiguidade. Este período foi o mais sangrento da história, com a morte de milhares de seres humanos nos campos de batalha, e que continuou a produzir massacres de grande amplitude ao longo do tempo. Durante a época que antecedeu às duas guerras mundiais houve uma intensa corrida armamentista entre os países desenvolvidos. O mundo moderno assistiu também ao renascimento da colonização e a conseqüente luta pela independência por parte das colônias.

Neste ambiente, muitos autores passaram a se questionar sobre as causas e a natureza desses conflitos, que tiveram grande repercussão sobre a opinião pública dos mais diversos países. Diante deste quadro, a palavra imperialismo passou a ser utilizada de forma recorrente em jornais e revistas especializadas e nas mais diferentes publicações científicas e o estudo desse fenômeno passou a despertar a curiosidade de teóricos ligados às mais diferentes matrizes ideológicas, com destaque especial para o marxismo, onde o seu desenvolvimento obteve maior relevância.

O imperialismo passou a ser o aspecto central no estudo das transformações do capitalismo a partir do último quartel do século XIX e o início do século XX. Entretanto, a sua gênese é fruto de um processo histórico ininterrupto e a referência feita à data deve ser entendida apenas em relação ao período em que todos os traços característicos dessa fase atingiram a sua plenitude. Como decorrência, é irrelevante a discussão sobre o momento ou a data precisos em que o imperialismo surgiu.

Parte-se da concepção em nosso estudo de que a política imperialista é a chave para a compreensão da natureza dos graves conflitos ocorridos ao longo do século XX. Ou seja, de que a análise do imperialismo é a questão essencial para o entendimento das transformações do capitalismo ao longo deste período e de seus desdobramentos posteriores. Para todos os

¹ A Primeira e a Segunda guerra mundiais.

que se debruçam sobre as causas das guerras e dos rumos da política e da economia mundiais, mesmo na fase mais recente do desenvolvimento capitalista, é fundamental um estudo desta natureza, sem o qual seria impossível uma apreciação científica adequada destes fenômenos.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as principais características do imperialismo, entendido como uma fase específica do desenvolvimento capitalista e o último estágio ou degrau alcançado pelo capitalismo antes de sua superação. Para tanto, faz-se uso das principais obras de autores socialistas² envolvidos, política e teoricamente, com essa problemática. Por outro lado, a análise da obra de Schumpeter, um autor não marxista, explica-se pelo fato de sua concepção corresponder à principal formulação da economia política burguesa sobre o tema. Nesta parte introdutória, anteciparemos algumas das principais descobertas de nosso estudo.

A passagem do capitalismo concorrencial para o imperialismo implicou numa mudança de estrutura da economia mundial, em que processo de concentração e centralização de capitais engendrou o aparecimento dos monopólios capitalistas. Tal processo pode ser apreciado pela enorme concentração da produção em um número cada vez menor de grandes empresas, que concentram a quase totalidade dos meios de produção e da mão-de-obra nos mais diferentes países (LENINE, 2005).

Os monopólios foram originados através de um complexo processo dialético, presente no seio da própria concorrência; ou seja, o acirramento da competição entre as empresas fez com que a grande produção eliminasse a pequena, ampliando assim o grau de concentração e de centralização dos capitais, daí surgindo o capital monopolista. As novas empresas se viam perante exigências cada vez maiores e isto estimulava o processo de concentração da produção nas mãos dos trustes.

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio:

² Os autores da economia política burguesa não reconhecem a política imperialista e a guerra como elementos regulares e necessários da concorrência intercapitalista. Embelezam o capitalismo, buscando apenas relacioná-lo com a livre competição e a racionalidade advinda da busca constante pela eficiência por parte das empresas.

os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões (LENINE, 2005, p.89).

Entretanto, a natureza específica das leis de movimento do capital não é suficiente para explicar o aparecimento dos monopólios se não for articulada a um outro fenômeno de grande importância neste período, qual seja: o domínio das finanças. Uma das características fundamentais da fase imperialista é a relativa autonomia da esfera financeira em relação à indústria.

A expressão “capital financeiro” surge para designar a interpenetração entre os capitais bancários e industriais, com a concentração e a centralização dos capitais nas “mãos” dos bancos a partir da expansão creditícia, pois estes passam a dispor de um volume cada vez maior de capital - dinheiro, e a conseqüente subordinação dos capitais industriais às instituições bancárias (HILFERDING, 1985). Ou seja, os bancos deixam de ser simples intermediários dos meios de pagamentos entre as indústrias para se tornarem capitalistas todo poderosos, os quais passam a controlar diretamente as atividades manufatureiras.

Do ponto de vista das classes sociais em disputa, há a consolidação de uma burguesia financeira endinheirada, a qual passa a constituir a fração da classe dominante em posição hegemônica.

O controle da produção pelos monopólios capitalistas acelera o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas de forma nunca antes vista no capitalismo, o que gera um excedente de capitais nos países desenvolvidos. Para a solução dessa problemática, do ponto de vista do capital, há a possibilidade de aplicação rentável desses capitais nos países subdesenvolvidos, dada à lógica do seu movimento de acumulação e a sua incessante necessidade de valorização (LUXEMBURGO, 1984). O desenvolvimento dos trusts e dos cartéis nos mais diferentes países depende da força relativa alcançada pelos bancos e do nível de sua organização.

A exportação de capitais adquire fundamental importância nesta etapa do sistema capitalista; é o elemento diferenciador em relação aos períodos anteriores, onde predominava a exportação de mercadorias. Este elemento possibilita a camada dos rentistas viverem num completo estado de ociosidade, obtendo lucros extraordinários, através dos empreendimentos realizados nos países receptores desse capital. É através dela que o capital financeiro estende a sua rede de relações e de dependências pelo mundo.

Os trustes, através da exportação de capitais, passam a alargar as suas relações com o exterior e a constituir acordos internacionais para a partilha de suas respectivas áreas de influência, constituindo os chamados cartéis internacionais. Tal divisão é feita segundo o capital e a força militar. Qualquer outra forma de partilha não é possível no capitalismo, dado o grau de concentração atingido nesta etapa de seu desenvolvimento. Neste sentido, o Estado - Nação passa a ser o instrumento dos monopólios na concorrência intercapitalista. Grande parte do orçamento dos Estados passa a ser empregado em despesas militares e no preparo de seus exércitos (BUKHARIN, 1984).

As relações entre os países no plano internacional são, assim, marcadas pelas disputas entre as potências imperialistas pelo controle dos mercados e a divisão é feita segundo o grau de desenvolvimento econômico alcançado pelas nações e o seu conseqüente poderio militar. A guerra é um dos elementos da concorrência entre os capitais e uma das formas de reprodução ampliada das relações de produção capitalistas, mais especificamente do capital financeiro.

A competição intercapitalista gera um permanente estado de tensão entre as nações imperialistas. Até mesmo as alianças entre os estados imperialistas representam tréguas antes de potenciais conflitos se efetivarem de acordo com a força relativa de cada país naquele período específico. Entretanto, o desenvolvimento das empresas e dos países é desigual no capitalismo, e qualquer mudança na correlação de forças leva a mudanças nas condições da partilha. Ou seja, qualquer paz duradoura é impossível sob o capitalismo.

Os países subdesenvolvidos estão inseridos no sistema capitalista mundial de forma subordinada, onde tais espaços econômicos são partilhados entre os países desenvolvidos e pelos grupos monopolistas, para a prosperidade destes últimos.

No campo da economia burguesa podemos destacar a concepção de Schumpeter, na qual o imperialismo é entendido como uma política de expansão ilimitada pela força por parte de um Estado, sem objetivos pré-determinados. O imperialismo seria fruto de relações de produção pré-capitalistas, em que a estrutura social que lhe deu origem tinha como única opção de sobrevivência a guerra. Apesar de sua extinção, esta estrutura social passa a influenciar as futuras gerações do ponto de vista social, dos hábitos individuais psicológicos e de reação emocional. Ou seja, na concepção schumpeteriana o imperialismo tem um caráter atávico.

Para o autor, o imperialismo está presente em todas as fases da história da humanidade, não se constituindo numa fase específica do desenvolvimento capitalista. O imperialismo encontra a sua melhor expressão na Antiguidade. À medida que o tempo passa, as condições que o criaram tendem a exercer menor influência e as tendências imperialistas tendem a desaparecer de forma gradual como elemento estrutural.

Dessa maneira, o imperialismo tende a desaparecer com o tempo devido à racionalização da vida e o progresso da mecanização, em que a sobrevivência dos indivíduos passa a depender cada vez mais de fatores objetivos, ou seja, de decisões mais racionais. As tendências imperialistas que sobrevivem em nossa sociedade são heranças da Moderna Monarquia Absolutista.

Schumpeter defende a idéia de que o capitalismo é baseado na livre concorrência e que a classe burguesa é composta de homens pacíficos, guiados apenas pela racionalidade mercadológica de seus negócios. O autor entende que a expansão do capitalismo atenua o caráter agressivo da opressão imperialista. Ele cita os EUA como o país menos propenso a exibir tendências imperialistas, dado o nível de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo naquele país.

O ponto essencial que diferencia as duas análises é que a concepção marxista compreende o imperialismo como uma fase específica do desenvolvimento capitalista e que tal fenômeno é resultado das leis gerais de movimento do capital. Por outro lado, a teoria schumpeteriana atribui ao tema um caráter a - histórico, pois ele estaria presente em todas as formações sócio-econômicas e defende o capitalismo ao entender a expansão capitalista como um dos requisitos necessários para a superação das tendências imperialistas em nossa sociedade.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em 3 capítulos mais a conclusão. No segundo capítulo, serão analisadas as diferenças fundamentais entre a fase concorrencial e a fase imperialista, pondo em relêvo as mudanças decorrentes dessa transformação qualitativa nas relações estabelecidas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no mercado mundial capitalista.

No terceiro capítulo, põe-se em destaque a dimensão alcançada pela esfera financeira na fase imperialista e o papel dos bancos na criação e na organização dos monopólios capitalistas, através da análise das operações do capital financeiro.

No quarto capítulo, analisam-se a concorrência intercapitalista e o papel do Estado – Nação como instrumento do capital financeiro nacional na “arena” do mercado mundial. O papel da colonização será posto em destaque nesta parte do trabalho, o que será confrontada com a explicação schumpeteriana referente à política imperialista praticada pelos Estados nacionais. Por fim, serão esclarecidas algumas idéias a título de conclusão do presente estudo.

Parte-se da idéia de que uma investigação dessa natureza é de fundamental importância para a compreensão do capitalismo em sua fase atual. Apesar das profundas transformações ocorridas na economia e na política mundiais em relação ao período que ora nos ocupa no presente trabalho, muitos dos traços e características estruturais do imperialismo estão presentes hoje em dia. Portanto, espera-se em certa medida, que este estudo forneça subsídios para o entendimento adequado do capitalismo na atualidade.

2 O CAPITALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A história do capitalismo é marcada por estágios ou fases de desenvolvimento na produção de mais-valia em que o processo de concentração e centralização dos capitais difere quantitativamente e qualitativamente. Neste sentido, podemos distinguir claramente duas etapas, quais sejam: 1) O capitalismo de livre-concorrência; 2) O capitalismo monopolista. Cada uma delas corresponde a um determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas e a um padrão específico da acumulação de capitais.

As empresas, ramos de produção e os países desenvolvem-se de forma desigual e combinada no modo de produção capitalista, resultado da própria dinâmica de seu desenvolvimento, sendo que a economia mundial, nas palavras de Mandel:

(...) é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado mundial capitalista (MANDEL, 1982, p. 32).

A acumulação de capitais pressupõe a produção de mais-valia; esta última, por sua vez, pressupõe a acumulação de capital. Este processo, aparentemente cíclico, não revela o essencial no que diz respeito à problemática da gênese do capital, pois ele não surge do vácuo ou das “profundezas do inferno”. Sua existência real pressupõe condições tais para o seu “vir – a – ser”, que após sua consolidação, o capital possa estabelecer por si mesmo os pressupostos para a sua valorização. Ou seja, antes que o capital pudesse submeter todos os setores produtivos ao seu controle através da produção de mais-valia, foi necessário que a burguesia industrial pudesse acumular os meios materiais necessários, que posteriormente seriam investidos nos empreendimentos fabris.

O processo de acumulação primitiva de capitais possibilitou tal desenvolvimento e constituiu-se não como uma mera fase sucessiva da história econômica, mas como um dos fatores decisivos da história do capital, pois representou um dos momentos marcantes e condição essencial do desenvolvimento do capitalismo moderno. Acontecimentos históricos que foram marcantes nesta trajetória podem ser resumidos, a seguir: o tráfico de escravos (no qual o capital acumulado seria drenado posteriormente para os investimentos fabris); o comércio colonial, expresso através do exclusivo metropolitano, no qual a maior parte do excedente gerado nas colônias foi escoado para as Metrôpoles, sediadas na Europa ocidental; e a

formação das *enclosures* nos campos ingleses, que possibilitou a formação do exército industrial de reserva necessário para os empreendimentos industriais, que seriam instaurados mais tarde na Grã-Bretanha, no período da Revolução Industrial Inglesa.

Este processo ainda está articulado dialeticamente com o modo de produção capitalista, persistindo dentro desse quadro de referência:

Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. Camponeses, lojistas, artesãos, por vezes até mesmo empregados, funcionários públicos e operários altamente qualificados tentam tornar-se capitalistas e explorar força de trabalho, ao conseguirem, de uma maneira ou de outra (consumo excepcionalmente baixo; usura; roubo; fraude; herança; prêmios de loteria), apropriar-se um volume inicial de capital (MANDEL, 1982, p.30).

O processo de acumulação primitiva de capitais na atualidade, apesar de insignificante nos países desenvolvidos, é de crucial importância nos países coloniais e semicoloniais, uma vez que representa, em termos quantitativos e qualitativos, um papel mais decisivo para o desenvolvimento econômico dessas regiões do que as relações de produção sob moldes especificamente capitalistas. Porém, tal dinâmica se manifesta num momento em que o modo de produção capitalista já está consolidado. Neste sentido, há uma intensa competição entre os setores onde predomina o processo de acumulação primitiva de capitais (sediado nas colônias) e nos setores onde as relações capitalistas já estão plenamente desenvolvidas (localizados nos países centrais).

O capitalismo tenta se expandir continuamente às esferas não capitalistas localizadas nos países periféricos, mas tal penetração se vê limitada por dois condicionantes: 1) O preço de venda das mercadorias produzidas nos países industrializados deve ser menor do que o preço de custo das mercadorias produzidas nos setores onde predomina a reprodução simples de mercadorias ou setores que só produzem valores de uso, localizados nos países coloniais e semicoloniais; 2) Deve haver alguma disponibilidade de capital, no qual o capital excedente investido em empreendimentos realizados nos países periféricos produza uma taxa de lucro mais atrativa do que se for realizada em investimentos adicionais nos setores já existentes nos países industrializados.

A análise das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos nas duas fases elucidará melhor a diferença fundamental entre elas e constituirá o foco deste capítulo.

2.1 CAPITALISMO CONCORRENCIAL

Neste período a produção sob moldes especificamente capitalistas pela grande indústria se restringia à Europa Ocidental e à América do Norte, sendo que o processo de acumulação primitiva de capitais ocorria ao mesmo tempo nos países atrasados. Nos países industrializados, este processo apesar de ainda existente é insignificante.

O capital local dominou o processo de produção de mais-valia nos países atrasados, apesar do capital estrangeiro já estar afluindo a estes países, por dois motivos: 1) A amplitude da acumulação de capitais não era suficiente nos países industrializados, não permitindo este capital estabelecer fábricas em outras partes do planeta; 2) A inadequação dos meios de transporte, que não conseguiu acompanhar o desenvolvimento da indústria manufatureira. Vejamos alguns dados referentes a estes dois aspectos, a seguir:

- Na Grã-Bretanha, a média de investimentos fabris em outras regiões foi de apenas 29 milhões de libras entre 1860/69. Entre 1870/79, chegou a 51 milhões de libras anuais e a 60 milhões de libras entre 1880/1889 (MANDEL, 1982).
- No que tange ao relativo atraso no desenvolvimento dos transportes, este fator dificultou enormemente a penetração dos artigos industriais não somente na Ásia e América Latina, mas também, na Europa Meridional e Oriental. Antes do *boom* do sistema ferroviário, uma tonelada de carvão na França variava de preço entre distintas localidades. Na região mineira de St. Etienne custava 6,90 francos, chegando a variar entre 36/45 francos em Paris e a 50 francos em Bayonne e nas áreas mais distantes da Bretanha (MANDEL, 1982).

Em conseqüência, houve grande concentração de investimentos no exterior feitos pela Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda no setor ferroviário. Este processo beneficiou as

economias capitalistas nascentes³, na medida em que abriu mais espaço para a acumulação primitiva de capitais desses países, sendo esta tendência fortalecida pelos diferenciais de salários a nível internacional:

O fato de que mesmo essa primeira revolução nos transportes não tenha conseguido uma redução decisiva nos custos de condução de mercadorias baratas e facilmente perecíveis, por longas distâncias, *significou que o capital local dos países desenvolvidos continuou a desfrutar de mercados não ameaçados nas indústrias de alimentos, bebidas fermentadas, malharia (à exceção dos artigos de luxo, em cada caso) e assim por diante. (...) se não considerarmos os investimentos estrangeiros na construção ferroviária e os empréstimos públicos, foi o capital local que dominou a expansão constante do mercado interno e o avanço sem freios da acumulação primitiva* (MANDEL, 1982, p.34).⁴

No período concorrencial, o intercâmbio realizado entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos permitiu um certo escoamento do excedente econômico em direção ao primeiro grupo de países, pois as mercadorias produzidas nas metrópoles sob condições de mais alta produtividade do trabalho em relação às mercadorias produzidas nos países coloniais (baixa produtividade do trabalho) possibilitavam tal escoamento. Porém, isso não chegou a representar um grande obstáculo à acumulação interna de capitais, pelo menos, segundo Mandel (1982, p.36): “(...) nos países onde as forças sociais e políticas de classe já eram capazes de substituir a destruição de um artesanato pelo desenvolvimento da indústria em grande escala”.

A principal mudança qualitativa referente às relações estabelecidas entre os países capitalistas avançados e os países coloniais e semicoloniais, no que tange ao processo de transição do capitalismo concorrencial ao imperialismo, foi à subordinação das economias coloniais a reprodução do capital internacional. Ou seja, no período da livre – concorrência o desenvolvimento econômico da periferia estava associado ao processo de acumulação primitiva de capitais, sob o comando das classes dominantes locais:

(...), o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi à articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o

³ Os países que, segundo Mandel, constituíram-se nos casos mais notáveis foram: A Espanha, a Itália, o Japão e a Rússia.

⁴ Os grifos são nossos.

desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos (MANDEL, 1982, p.37).

A diferença internacional na taxa de lucro entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não estimulou um investimento de capital em massa nos países periféricos na era do capitalismo de livre-concorrência. Os seguintes fatores limitaram a exportação de capital neste período, quais sejam: 1) A importância estrutural do exército industrial de reserva nos países centrais; 2) A fraqueza dos instrumentos de luta do proletariado, como os sindicatos, devido às dimensões do exército industrial de reserva; 3) A diferença de desenvolvimento entre a agricultura e a indústria nascente nos países industrializados; 4) Grandes oportunidades de investimento na Europa Ocidental e na América do Norte, como resultado da expansão ininterrupta do setor ferroviário.

Entretanto, estas circunstâncias começaram a se transformar a partir dos anos 1870 e a relativa imobilidade do capital estrangeiro passou a ser substituída por uma entrada maciça de capital imperialista nos países coloniais e semicoloniais: 1) Houve uma intensa emigração⁵ de mão-de-obra dos países localizados na Europa Ocidental para o exterior. Neste sentido, ocorreu um declínio em longo prazo do exército industrial de reserva e um aumento dos salários em termos reais, decorrente do fortalecimento das organizações do proletariado; 2) A diferença entre o nível de desenvolvimento da moderna indústria e da agricultura levou a um aumento no preço das matérias-primas. Por exemplo, o preço do algodão subiu ininterruptamente de 1849 a 1870; 3) A intensa industrialização nos países europeus gerou um excedente de capital nestas localidades. Os custos crescentes de novos investimentos em setores já industrializados aliado ao desenvolvimento dos trustes, aumentaram o estoque de capital, o que exigia novas áreas de investimento lucrativas.

Portanto, a exportação de capital estrangeiro em massa para os países periféricos representou uma resposta à queda da taxa de lucro nos países centrais face ao aumento da composição orgânica do capital. Esta circunstância alterou profundamente as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os países coloniais e semicoloniais, na fase imperialista, além de atrasados passaram a ser dependentes. Ou seja, o seu processo de desenvolvimento sócio-econômico passou a complementar as condições de reprodução do capital imperialista internacional.

⁵ Em primeiro lugar, a América do Norte absorveu cerca de 22,5 milhões de imigrantes entre 1851 e 1909.

Vimos anteriormente que o capitalismo se desenvolve de forma desigual e combinada, de acordo com as suas próprias leis de funcionamento, seguindo a lógica do pensamento de Marx, expresso em o *Capital*. Nas palavras de Mandel:

Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como a conseqüência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas; e é precisamente a unidade que determina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação (MANDEL, 1982, p. 70).

A espoliação ou transferência de excedente no período concorrencial se faz predominantemente na justaposição entre as regiões subdesenvolvidas e desenvolvidas localizadas no interior dos países centrais, ou seja, entre os estados agrários e os distritos industriais. Na fase imperialista, faz-se principalmente pela justaposição entre os países industrializados e os países agrários.

2.2 CAPITAL MONOPOLISTA

Como vimos anteriormente, o capital estrangeiro dominou o processo de acumulação nos países periféricos, e de acordo com os interesses da burguesia imperialista internacional. Ou seja, grande parte da mais-valia produzida nas economias subdesenvolvidas era escoada para os países centrais, complementando as necessidades de reprodução do capital imperialista. Em conseqüência, o processo de acumulação primitiva nessas regiões foi sufocado, o que comprometeu o desenvolvimento sócio-econômico do Terceiro Mundo.

A expropriação ou transferência de excedente era feita através da troca no mercado mundial capitalista, onde as mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho nos países desenvolvidos permitiam certo escoamento de mais-valia dos países periféricos para o primeiro grupo de países. Entretanto, na fase imperialista a transferência de

excedente decorre sobretudo da exportação de capital, na medida em que os investimentos feitos no exterior correspondiam aos interesses do capital internacional.

A exportação de capitais por meio de um crescente escoamento da mais-valia produzida nos países periféricos para os países desenvolvidos implicou do ponto de vista da economia nacional subdesenvolvida, numa crescente transferência do excedente social para o último grupo de países acarretando numa redução significativa da acumulação nacional de capital. Este processo restringiu a acumulação primitiva de capitais no chamado Terceiro Mundo ao consolidar as burguesias locais nas regiões agrárias e por deixar uma parte significativa da população fora da esfera da produção capitalista. Estes recursos estavam concentrados:

(...) nos setores que se tornariam característicos do “desenvolvimento da dependência” – para citar Gunder Frank – ou do desenvolvimento da dependência”, na terminologia de Theotonio dos Santos: comércio exterior, serviço de influência para as firmas imperialistas, especulação com a terra e a construção imobiliária, usura, empresas de “serviços” da lumpen-burguesia e pequena burguesia (loterias, corrupção, gangsterismo, jogo, até certo ponto o turismo (MANDEL, 1982, p. 36).

O subdesenvolvimento dos chamados países do Terceiro Mundo foi determinado por um conjunto de circunstâncias econômicas e sociais nas quais se estimulou o investimento de capitais nas áreas acima listadas, pois os investimentos feitos no setor industrial seriam menos lucrativos. Ou seja, a dependência dos países periféricos não foi determinada por uma particular perversidade dos imperialistas nem por uma incapacidade racial dos povos oprimidos e de suas classes dominantes.

Na fase imperialista, a principal mudança qualitativa em relação ao período do capitalismo de livre-concorrência foi à forma de articulação específica das relações de troca e de produção entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

Não era mais a “artilharia leve” de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a “artilharia pesada” do controle das reservas de capital. Por outro lado, na época pré-imperialista, a concentração na produção e exportação de matérias-primas *sob o controle da burguesia nativa* tinha sido apenas um prelúdio à substituição das relações pré-capitalistas de produção no país, de acordo com os interesses dessa burguesia. Na era clássica do imperialismo, entretanto, passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo (MANDEL, 1982, p.37).

A dependência dos países subdesenvolvidos implicou numa especialização destes na produção de matérias-primas, para complementar a produção de artigos manufaturados dos países imperialistas. Entretanto, a busca por matérias-primas não é acidental, mas resulta da própria lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O aumento da composição orgânica nos países desenvolvidos resultou numa alta da produtividade do trabalho e conseqüentemente numa redução da participação do capital fixo constante e do capital variável na formação do valor médio das mercadorias. Entretanto, houve o aumento da participação do custo das matérias-primas na formação do valor das mercadorias dado o relativo atraso do desenvolvimento da agricultura em relação à indústria, o que corresponde à própria lógica de funcionamento do capitalismo. O impulso inicial na produção de matérias-primas nos países coloniais e semicoloniais foi uma resposta à alta no preço do algodão, ocasionado pela Guerra Civil norte-americana, tendência que se generalizou em meados do século XIX.

Desta circunstância, podemos compreender a necessidade do capital imperialista de organizar a produção de matérias-primas sob moldes especificamente capitalistas em grande escala nos países periféricos.

No período concorrencial as diferenças de tempo e nos níveis de produtividade não impediram que o processo de industrialização chegasse a um número cada vez maior de países, ou seja, tal diferença entre os países industrializados e atrasados era apenas quantitativa.

No período imperialista, houve uma mudança radical em toda essa estrutura quando os países subdesenvolvidos além de atrasados se tornaram dependentes dos países imperialistas. A produção de matérias-primas nos países coloniais e semicoloniais sob condições de produção rudimentares criaram um abismo crescente entre os níveis de produtividade dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que representou não somente uma diferença quantitativa, mas também qualitativa que se expressou na dominação do capital imperialista sobre os processos de produção de mais-valia localizados nos países periféricos.

Enfim, o imperialismo marca a transição do capitalismo de livre-concorrência para a fase monopolista do capital e corresponde a um grau nunca antes atingido da concentração e

centralização internacionais do capital. Vladimir Ilitch Lênin (2005, p. 89) descreve: “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria-se dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”.

Em seguida, Lenine enumera os seguintes traços fundamentais da fase imperialista:

(...), sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1. a concentração da produção e do capital levado a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENINE, 2005, p. 90).

Este capítulo analisou as características do capitalismo em sua etapa concorrencial e na fase imperialista, ou seja, ele teve como objetivo uma breve periodização da história do capital. Nos próximos capítulos, a análise deixa de assumir um caráter mais geral e a investigação da problemática do imperialismo passa a ser analisada em toda a sua complexidade: Como surgem os monopólios capitalistas? Qual o papel do capital financeiro na gestão e na organização dos monopólios? Em que medida a exportação de capitais, fortalece o poder do capital financeiro internacional e estende a sua rede de relações e de dependências pelo mundo inteiro? Qual o papel da colonização na fase imperialista? Estas são algumas das perguntas que tentaremos responder nos próximos capítulos.

3 IMPERIALISMO E A DINÂMICA DE SEU DESENVOLVIMENTO

3.1 CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL, MONOPÓLIOS E O CAPITAL FINANCEIRO

Os monopólios se constituem numa das particularidades fundamentais do capitalismo em sua fase imperialista e a sua origem está relacionada com as leis gerais de funcionamento do capitalismo em geral, ou seja, o processo de concentração e de centralização dos capitais.

A concentração de capitais deve ser entendida como o processo em que a produção de mais-valia em cada empresa individual amplia a massa de capital disponível nas mãos dos empresários particulares a cada novo estágio do processo produtivo, implicando num aumento da riqueza social de um país e do capitalista considerado isoladamente. Entretanto, a centralização dos capitais implica numa atração dos capitais já acumulados, existentes em várias esferas de produção, nas mãos de poucos empresários particulares, não significando necessariamente aumento do capital social global de um país. Marx (2005, p.729) esclarece em *O Capital* que: “O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”.

Na prática, no processo de produção capitalista os dois fenômenos ocorrem simultaneamente e se influenciam reciprocamente. Em Marx, podemos ver claramente os germes da teoria do capitalismo monopolista, na qual a constituição dos cartéis e trustes é entendida como resultado do processo de acumulação capitalista.

A história da formação e do desenvolvimento dos monopólios começa a partir dos anos 1860 e 1870, em que a livre-concorrência alcançava o seu apogeu, quando os trustes e cartéis não passavam de estruturas produtivas quase imperceptíveis no mercado internacional. A partir de 1873, com a grande depressão mundial que assolava o setor industrial segue-se um período de grande desenvolvimento dos monopólios. Entretanto, só a partir da última década do século XIX e o início do século XX, os trustes passaram a constituir a base da estrutura produtiva do capitalismo mundial e de toda a vida econômica.

A função econômica dos trustes e cartéis é regular a produção de um determinado bem com o objetivo de manter os preços acima do nível que vigoraria no caso de uma forte concorrência entre as empresas que atuam no mesmo mercado. Neste caso, busca-se evitar a concorrência entre as diversas firmas por meio do rebaixamento de preços.

Do ponto de vista da estrutura, os trustes e os cartéis diferem entre si não somente em termos de grau, quanto também do ponto de vista organizacional. Os trustes representam uma consolidação de capital mais estável e exercem em medida considerável um controle sobre a oferta e o preço de um determinado produto no mercado em que atuam. O truste é o caso clássico de uma completa fusão, em que as empresas incorporadas perdem a sua autonomia administrativa e gerencial. No caso dos cartéis, as empresas se associam com o objetivo de regular a produção e estabelecerem preços uniformes de venda. Entretanto, diferentemente dos trustes cada empresa individual cartelizada não perde a sua autonomia administrativa e gerencial, ou seja, os cartéis representam uma forma mais fraca de associação.

Para dar uma idéia mais clara a respeito do grau de concentração da produção existente nas indústrias capitalistas, característico da fase imperialista, serão fornecidos alguns dados extraídos do livro de Lenine, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*, referentes às principais economias capitalistas avançadas. Na Alemanha, em finais do século XIX das 3.265.623 empresas existentes nesta nação apenas 30.588 eram consideradas grandes empresas, sendo responsáveis pelo emprego de 5.700.000 operários do total de 14.400.000 registrados no país, o que correspondia a 39,4% do total; elas utilizavam 6.600.000 cavalos-vapor dos 8.800.000 que estavam em funcionamento, isto é, 75,3%; o consumo de energia elétrica atingia 1.200.000 de kilowatts dos 1.500.00 de kilowatts que eram consumidos no país, ou seja, 77,2% do consumo total.

Nos EUA, o processo de concentração e de centralização dos capitais era muito mais intenso. Em 1904, haviam cerca de 1900 empresas de grande porte das 216.810 existentes no país, ou seja, apenas 0,9% do total. Estas firmas empregavam cerca de 1.400.000 operários dos cerca de 5.500.00 existentes no país e o valor da produção anualmente ascendia a US\$ 5,6 bilhões do total de US\$ 14.800.000 registrados. Após cinco anos, a concentração da mão-de-obra e da produção aumentou, qual seja: 3060 empresas num total de 268491 que estavam em funcionamento, com 2.000.000 de operários, num total de 6.600.000 empregados, o que

correspondia a 30,5% do total, e US\$ 9 bilhões de produção anual, dos US\$ 20,7 bilhões registrados, ou seja, 43,8% do total.

O processo de concentração e de centralização internacionais do capital está na origem da formação e do desenvolvimento dos monopólios como observado mais acima. Os trustes e cartéis surgiram do seio da própria concorrência, onde as empresas maiores absorviam os concorrentes mais fracos no processo concorrencial, ampliando assim a massa de capital disponível nas empresas gigantes.

Neste sentido, a cada novo processo produtivo as grandes empresas absorviam as menores substituindo a grande produção por outra ainda maior e concentrando a produção e o capital a tal ponto, que deu origem aos monopólios capitalistas. Por outro lado, as novas empresas se viam perante exigências cada vez maiores de investimentos de capital e isto dificultava enormemente a entrada de novos concorrentes nos mercados. O desenvolvimento dos mecanismos monetários e financeiros contribuiu para acelerar o ritmo de desenvolvimento das empresas monopolistas.

O crescimento das sociedades anônimas contribuiu enormemente para o estabelecimento dos monopólios capitalistas e quaisquer explicações sobre o crescimento dos trustes e cartéis no capitalismo moderno seriam insuficientes sem uma investigação minuciosa a respeito do papel exercido pelo capital financeiro e do crescimento e diversificação das atividades desempenhadas pelos bancos na constituição dos cartéis e trustes.

No desenvolvimento do capitalismo moderno, a estrutura industrial mais complexa tende a lançar um poder cada vez maior sobre a classe dos financistas. A maior complexidade dos processos produtivos tende a exigir uma maior flexibilidade dos mecanismos monetários para viabilizar uma transferência de mais-valia dos pontos onde existe excesso de capital para àqueles onde existe escassez de capital. John Atkinson Hobson interpreta o fenômeno da seguinte maneira:

Para que esse sistema possa funcionar correta e economicamente, torna-se necessário um instrumento automático para a aplicação de estímulos econômicos e a geração de força produtiva em pontos de carência industrial e uma correspondente aplicação de dispositivos de contenção em pontos de excesso industrial: a força industrial deve ser distribuída de forma geral por

todo o organismo, a fim de ser transformada em formas específicas de energia produtiva onde for necessário (HOBSON, 1983, p. 176).

Neste sentido, este intrincado e delicado manejo do mecanismo monetário exigia o surgimento de uma classe de financistas especializada e afastada cada vez mais dos métodos produtivos, sendo capaz de operar com maior flexibilidade viabilizando assim o crédito requerido pelo sistema industrial, e o desenvolvimento correspondente do sistema financeiro. Por outro lado, os vultosos investimentos exigidos pela nova indústria exigiam uma estrutura empresarial diferente das empresas de propriedade individual e familiar. O desenvolvimento das sociedades anônimas possibilitou a reunião de pequenos capitais antes dispersos nas mãos de grandes empresários acarretando assim num crescimento expressivo dos trustes e dos cartéis.

Os bancos, por sua vez, atuam como intermediários dos meios de pagamentos e do ponto de vista teórico esta é a principal função que exercem no sistema capitalista. Através de suas operações, segundo Lenine (2005, p.31): “(...) eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista”. Esta função aparentemente técnica oculta o seu real conteúdo, ou seja, a partir da expansão creditícia e do crescimento das operações realizadas pelos bancos estes se tornam em capitalistas monopolistas com um poder quase ilimitado sobre o curso dos vários ramos da indústria. Vejamos a dinâmica deste processo:

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções etc (LENINE, 2005, p. 35).

Quanto mais desenvolvido é o sistema bancário e quanto maior é o grau de concentração existente nesse ramo maior é o desenvolvimento dos monopólios capitalistas. Hilferding através da investigação do sistema bancário na Alemanha, no começo do século XX, chamou esse capital à disposição dos bancos e que os industriais utilizam de capital financeiro. A sua interpretação tem sido contestada ao longo do tempo e ele tem sido acusado de estender o

conceito de capital financeiro, que ele extraiu do caso alemão, para o resto do mundo. A sua abordagem implica numa subordinação total dos ramos industriais às instituições bancárias.

Entretanto, Hobson através da análise dos EUA chegou a uma abordagem diferente do conceito de capital financeiro. Segundo ele, com o desenvolvimento do capitalismo moderno a estrutura da economia mundial tende a lançar um poder cada vez maior sobre a classe dos financistas, a qual não é responsável direta pela gestão da grande empresa industrial. A sua atividade se restringe aos processos especulativos e a criação contábil de capital fictício. Segundo Hobson (1983, p.184) descreve: “(...) a maioria dos financistas ou negociantes de dinheiro não está empenhada principalmente na promoção de companhias, mas na obtenção de lucros auferidos com a manipulação de ações e obrigações no mercado”.

A necessidade do crédito como um fator de êxito nos negócios aumenta a dependência do capital industrial em relação ao capital bancário. Esta circunstância possibilita um entrelaçamento cada vez maior entre os interesses bancários e industriais. Tal processo é possibilitado pela fusão dos bancos com as empresas industriais e comerciais mediante a posse de ações por parte das instituições bancárias ou a participação dos diretores de bancos nos conselhos de administrações das empresas e vice-versa. Por exemplo, na Alemanha em 1910, os seis maiores bancos de Berlim participavam em 344 sociedades industriais através de seus diretores e pelos seus membros dos conselhos de administração em mais 407 sociedades. Por outro lado, as empresas industriais tinham 51 membros nos conselhos de administração desses seis bancos. Na esfera pública, os interesses do capital financeiro também predominam com a participação de ex-funcionários públicos nos conselhos de administração dos bancos e de personalidades importantes da vida política.

Estas circunstâncias fazem dos bancos instituições de caráter verdadeiramente universal à medida que aumentavam a variedade e o volume de suas operações e onde o processo de concentração bancária torna-se cada vez mais intenso. Há uma tendência para que as suas relações com a indústria sejam as mais variadas possíveis dado o forte entrelaçamento existente entre os bancos e os ramos industriais em que eles atuam. Passam a se exigir cada vez mais dos diretores bancários competências para julgar os problemas gerais do setor industrial. Por outro lado, antigos diretores da indústria e ex-funcionários são eleitos para os conselhos de administração dos bancos completando a tendência de universalização das atividades das instituições bancárias.

A oligarquia financeira, dada à força de seu capital, exerce por todos os meios a dominação sobre o conjunto da sociedade. Particularmente notável é o chamado sistema de participações em que os dirigentes de um grande banco podem fundar uma sociedade mãe, a qual por sua vez pode exercer o controle sobre as sociedades filhas, as quais por sua vez podem exercer um controle sobre as sociedades netas, etc.

Desta forma, os bancos podem ter o controle sobre grandes quantidades enormes de capital e dominar ramos industriais inteiros. Além disso, esse sistema permite aos diretores dos grandes bancos realizarem todo tipo de negócios ilícitos, uma vez que as sociedades mães não respondem legalmente pelas sociedades filhas e assim por diante. Um exemplo clássico é o chamado malabarismo nos balanços das empresas na qual se oculta à operação arriscada aos pequenos investidores e onde podem se vender as ações da empresa em caso de fracasso na experiência com enormes prejuízos para o pequeno acionista.

O capital financeiro obtém elevados lucros monopolistas em suas atividades especulativas através da constituição das sociedades anônimas, empréstimos ao Estado, emissão de ações, com a especulação nos terrenos situados nas grandes cidades, entre outras. Toda a sociedade é obrigada a pagar um enorme tributo a classe dos financistas. Entretanto, seria um equívoco pensar que a sua atividade se restringe aos negócios especulativos. Os financistas investem parte de seu capital na aquisição de imóveis e em empresas remunerativas, o que lhe confere certo prestígio social e comprova a força de seu capital. Além disso, oferecem um ponto de apoio contra eventuais prejuízos financeiros ou mesmo em casos de quebra.

O capitalismo em sua fase imperialista revela o caráter parasitário da burguesia financeira. No plano internacional, as colônias exercem o papel de tributários dos países capitalistas centrais e do capital financeiro. As potências imperialistas assumem assim o papel de estados usurários e os magnatas financeiros passam a viver da atividade especulativa:

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, *separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital*⁶. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas (LENINE, 2005, p.59).

⁶ Os grifos são nossos.

Pelo exposto acima, podemos inferir que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, onde os monopólios constituem a base de toda a atividade econômica, sob a hegemonia do capital financeiro. Tal fase resulta logicamente do processo de concentração e de centralização internacionais do capital em um grau extremamente elevado do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A grande concentração de capital resultante do desenvolvimento dos monopólios criou um excedente de capitais nos países desenvolvidos, os quais necessitavam de uma aplicação que proporcionasse uma rentabilidade elevada⁷. Neste sentido, a exportação de capitais para os países subdesenvolvidos passou a ser utilizada em larga escala e possibilitou também o alargamento da densa rede do capital financeiro de dependências e de influências pelo resto do mundo.

A partir de seu desenvolvimento foi possível ao capital financeiro estender a sua política econômica ao resto do mundo fazendo valer a força de seus interesses.

3.2 A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS

No período de livre-concorrência, a exportações de mercadorias era predominante no comércio internacional. Entretanto, a exportação de capitais constitui-se numa das particularidades fundamentais da fase imperialista e uma das formas de estímulo da exportação de mercadorias suplantando esta última. O processo de concentração da produção nas mãos dos monopólios capitalistas acelera o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas nas nações centrais e gera um excedente de capitais nesses países.

Pode parecer estranho à primeira vista falar de superprodução de capitais. Em todos os países, o capitalismo pode melhorar o padrão de vida das populações pobres e desenvolver os setores que se encontram num relativo atraso em relação aos setores mais dinâmicos. Entretanto, a lógica do modo de produção capitalista baseia-se na busca incessante pelo lucro e os investimentos que viabilizem a melhoria do padrão de vida das massas e o desenvolvimento dos setores mais atrasados significariam um declínio da taxa de lucro. O desenvolvimento

⁷ O fato de haver superprodução de capital num país não significa que nenhuma possibilidade de aplicação rentável seja possível, mas sim que é possível aplicá-lo obtendo taxas de lucros mais elevadas em outros países.

desigual entre os setores da economia e a exploração da mão-de-obra constituem-se nas premissas básicas do capitalismo.

Rosa Luxemburgo percebeu claramente a necessidade de se abrir novos campos de atuação para o capital excedente existente nos países desenvolvidos. A única alternativa para o capital, do seu ponto de vista, era o intercâmbio regular com as regiões coloniais e semicoloniais através dos empréstimos internacionais e a necessidade de se organizar a produção de mais-valia nestas regiões:

No período imperialista, os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente (LUXEMBURGO, 1984, p. 66).

Bukharin enumera dois fatores que agem estimulando a exportação de capital imperialista para os países subdesenvolvidos. Primeiramente, ele trata do desenvolvimento dos métodos de produção nas indústrias, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação que ampliam a massa de capitais que procuram alguma aplicação rentável. Por outro lado, os monopólios ao impor limites à produção diminuem a massa de capitais disponíveis a serem aplicados nos ramos industriais. Nas empresas não cartelizadas, os investimentos de capitais encontram cada vez mais menos vantagens, pois os trustes desviam a mais-valia produzida nesses ramos para superar a tendência à queda da taxa de lucro. Neste sentido, surge uma pressão para que os capitais sejam aplicados além das fronteiras de um determinado país.

O segundo fator que estimula a exportação de capitais é o estabelecimento das tarifas aduaneiras. Estas são adotadas com o objetivo de restringir a exportação de mercadorias por um determinado país. Entretanto, os seus impactos não se fazem sentir sobre a exportação de capitais, inclusive agindo como um estímulo:

Sobre a exportação do capital, os direitos alfandegários incidem de outra maneira: eles próprios passam a ser um incentivo para o capitalista. Quando

um capital é investido e funciona como capital num país “estrangeiro” ele passa a beneficiar-se da “proteção” aduaneira de que gozam os industriais do país. Donde um impulso redobrado da tendência à exportação de capital (BUKHARIN, 1984, p. 89).

A tabela abaixo nos dá uma idéia do crescimento da exportação de capital durante o período de desenvolvimento dos monopólios e os seus desdobramentos posteriores, ou seja, em finais do século XIX e o início do século XX. Os dados referem-se ao total investido pelas principais potências europeias:

Tabela 1 – Capital investido no exterior em bilhões de francos

Anos	Inglaterra	França	Alemanha
1862	3,6		
1872	15	10	
1882	22	15	?
1893	42	20	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44

Fonte: Lenine, 2005, p. 63

Esses dados nos permitem observar o extraordinário desenvolvimento da exportação de capitais a partir da fase monopolista do capital. Após um desenvolvimento modesto entre as décadas de 1860 e 1870 na Europa, o volume dos empréstimos internacionais cresceu significativamente nas duas décadas finais do século XIX. Seguiu-se um ritmo de desenvolvimento acelerado no começo do século XX nos três países acima mencionados. Segundo Lenine (2005, p.63) descreve: “Uma sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!”.

A exportação de capitais aumenta o poderio dos monopólios capitalistas sediados nos países capitalistas avançados, pois o estabelecimento de empresas no exterior aumenta a demanda pelas mercadorias produzidas nos países imperialistas. Por outro lado, os empréstimos efetuados no exterior podem ser realizados sobre condicionalidades extremamente favoráveis, contidas nas cláusulas dos contratos de empréstimos realizados pelo país credor, como por

exemplo, a assinatura de acordos comerciais vantajosos ou a obrigação de se realizar as encomendas para os projetos de infra-estrutura no país que disponibiliza os empréstimos.

Como as empresas estabelecidas no exterior são financiadas pelos grandes bancos sediados nos países desenvolvidos assim como os empréstimos internacionais são realizados por essas instituições cresce a concentração de capital nas mãos da oligarquia financeira.

Neste sentido, o capital financeiro através da exportação de capital imperialista consegue alargar enormemente a sua densa e intrincada rede de relações e de dependências pelas diferentes regiões que entram na circulação mundial do capital ampliando assim o seu raio de ação e conseqüentemente o seu poderio sob os países subdesenvolvidos. Ou seja, temos uma espécie de divisão no plano internacional entre poucos Estados usurários e os países coloniais e semicoloniais, tributários da oligarquia financeira.

Dado a importância da exportação de capitais para o capital financeiro, ou seja, como meio de aplicação de sua política econômica, os trustes e cartéis formam alianças internacionais buscando a partilha do mundo em esferas de influências. A divisão era feita de acordo com a força do capital de cada grupo financeiro nacional.

No plano político, os Estados capitalistas avançados por meio das guerras resolvem os atritos e conflitos existentes entre os grupos financeiros de cada país. O papel do colonialismo e do militarismo será posto em destaque no capítulo seguinte.

4 A PARTILHA DOS TERRITÓRIOS ECONÔMICOS

4.1 A LÓGICA CAPITALISTA E A AÇÃO TERRITORIAL DO IMPERIALISMO

A pilhagem colonialista no período de hegemonia do capital comercial representou um dos momentos marcantes de florescimento do modo de produção capitalista e se expressou através do chamado *sistema colonial*. Através da acumulação primitiva de capitais, foi possível ao capital industrial acumular os meios materiais necessários que seriam posteriormente investidos no setor fabril. Este aspecto é de extrema importância, pois a origem do capital constitui um dos problemas e mistérios mais relevantes para a Economia Política Clássica.

Segundo Adam Smith e os seus discípulos, a origem das grandes fortunas estaria relacionada aos indivíduos que num passado remoto abdicaram dos prazeres materiais da vida e através do seu esforço pessoal e do trabalho árduo acumularam alguma riqueza, a qual foi transmitida aos seus descendentes. Os indivíduos em pior situação econômica e social seriam os descendentes daqueles que gozaram dos prazeres materiais da vida e não conseguiram acumular riquezas através do trabalho.

Entretanto, à luz dos acontecimentos históricos esta tese não se sustenta. As grandes fortunas foram constituídas através do saque e da pilhagem colonial. O sistema colonial representou um dos momentos e condição essencial de desenvolvimento do capitalismo moderno sob a hegemonia da burguesia comercial. Através do pacto colonial, do tráfico negreiro e da formação das *enclosures* nos campos ingleses foi possível ao capital comercial acumular os montantes necessários para os investimentos industriais na época da Revolução Industrial. Pelo fato da Inglaterra ter sido a grande potência comercial neste período e de se terem amadurecido primeiramente ali as condições necessárias para a hegemonia do capital industrial, a Revolução Industrial do século XVIII teve a sua origem neste país. Ou seja, a colonização do Novo Mundo teve um papel fundamental no processo de gestação do capitalismo em escala mundial.

No período imperialista assiste-se a um novo capítulo da pilhagem colonial, mas há uma diferença qualitativa em relação ao período colonial. Nesta época, a concentração da produção chega a níveis jamais alcançados com o aparecimento dos monopólios sob o domínio da esfera financeira. A expansão colonial é um meio de aplicação da política econômica da

burguesia financeira num momento em que o capitalismo já está consolidado como modo de produção e no qual se evidencia todos os seus traços e características num grau superior de seu desenvolvimento.

O imperialismo reproduz de forma ampliada os interesses dos capitais financeiros nacionais, para além de suas fronteiras, o que conduz inevitavelmente a um choque de interesses dos grupos dirigentes de cada país imperialista na busca de novas esferas de transações lucrativas no exterior, pelo controle sobre as fontes de matérias-primas, etc. A guerra passa a ser utilizada como meio de resolução dos conflitos.

Nikolai Bukharin assinala o caráter historicamente determinado da política imperialista:

O imperialismo é uma política de conquista. No entanto, nem toda política de conquista é imperialismo. O capital financeiro não pode realizar outra política. Isso explica por que, quando se fala de imperialismo como política do capital financeiro, está subentendido seu caráter de conquista. Além disso, estão igualmente retratadas *as relações de produção que essa política de conquista reproduz*. Essa definição encerra ainda inumeráveis características e traços históricos (BUKHARIN, 1984, p.107).

Ao atribuir o termo imperialismo unicamente à denominação “política de conquista” praticada pelos Estados nacionais retira-se o seu conteúdo histórico, pois desta forma podemos considerar como imperialismo todas as fases de desenvolvimento histórico da humanidade, por exemplo, as políticas de pilhagem colonial praticadas pelos Estados agrários e comerciais da Antiguidade, desde a Mesopotâmia até o grande Império Romano. Ou seja, restringe-se o termo ao aspecto político ocultando-se as raízes econômicas.

Neste sentido, o imperialismo deixa de ser visto como uma das fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista sob o domínio da oligarquia financeira⁸. Para o marxismo, teses desse tipo devem ser refutadas. A Economia Política Marxista examina os fenômenos sociais buscando as inter-relações existentes entre os diferentes aspectos da realidade social. Cada período histórico tem as suas especificidades, que devem ser cuidadosamente postas a descoberto pelo pesquisador. Através de uma análise dialética a teoria marxista põe em relevo a essência dos fenômenos sociais que se escondem por trás das aparências superficiais. Considerar o imperialismo como um fenômeno presente em todas as fases da história da

⁸ Ver a respeito a teoria de Schumpeter intitulada Imperialismo e Classes Sociais.

humanidade significa ocultar os aspectos essenciais desta categoria e a sua naturalização. Neste sentido, segundo Bukharin (1984, p.105): “Está aí uma teoria que, não obstante sua simplicidade, não deixa de ser absolutamente falsa. Sua falsidade provém de querer explicar tudo o que, na realidade, conduz a não explicar coisa alguma”.

A grande concentração da produção e do capital nas mãos dos trustes e cartéis impeliu-os a formação de associações internacionais monopolistas para a partilha do mundo em esferas de influência. A indústria elétrica fornecia o exemplo mais característico. Em fins do século XIX e o início do século XX, este ramo da indústria obteve um desenvolvimento notável das técnicas de produção e ganhou um impulso extraordinário nos dois países mais avançados do mundo, ou seja, os EUA e a Alemanha.

Na Alemanha, a partir de 1900 existiam por volta de 7 a 8 grupos no ramo elétrico, sendo que cada um era composto por várias sociedades, num total de 28. No período 1908-1912, esses grupos foram absorvidos chegando a dois no total. O resultado foi a criação da AEG, Sociedade Geral de Eletricidade, que controlava entre 175 a 200 sociedades pelo sistema de participação, com um capital de 1 bilhão e 500 milhões de marcos. No exterior contava com 34 representações diretas. Por outro lado, nos EUA a criação do truste General Electric Co (GEC), que contava com um volume de negócios em 1907 de 252 milhões de marcos, o qual atingiu 298 milhões de marcos em 1908. O número de empregados alcançava 28000 e 32000, respectivamente (LENINE, 2005).

Foi estabelecido entre eles um acordo onde cabia à GEC, os Estados Unidos e o Canadá. A Sociedade Geral de Eletricidade foi reservada à Alemanha, à Áustria, à Rússia, à Holanda, à Dinamarca, à Suíça, à Turquia e os Bálcãs. Eis um exemplo característico de partilha que foi efetuada entre os dois grupos monopolistas.

Inúmeros são os exemplos de partilhas desse tipo realizadas pelos grupos monopolistas em diferentes ramos industriais. Uma análise dos tipos de associações baseadas em fatos concretos excederia os limites deste trabalho. Limitamo-nos a citar alguns exemplos de ramos industriais que realizaram algum tipo de acordo, quais sejam: a indústria do petróleo, a marinha mercante, a indústria dos carris de ferro, a indústria do aço, entre outras.

Em sua dimensão política, os interesses do capital financeiro traduzem-se na repartição entre os Estados imperialistas de suas respectivas áreas de influência nas colônias. Tal divisão era feita de acordo com o poderio militar e financeiro de cada país. Segundo Lenine:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está acontecendo é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são puramente econômicas ou *extra-econômicas* (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo (LENINE, 2005, p.74).

O processo de partilha das regiões subdesenvolvidas na fase imperialista atingiu proporções consideráveis, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2 – Possessões coloniais dos EUA e das grandes potências européias

	1876	1900	Diferença
Na África	10,80%	90,40%	79,60%
Na Polinésia	56,80%	98,90%	42,10%
Na Ásia	51,50%	56,60%	5,10%
Na Austrália	100,00%	100,00%	
Na América	27,50%	27,20%	-0,30%

Fonte: Lenine, 2005, p.77

O processo de pilhagem colonial está intimamente relacionado com as profundas transformações ocorridas na estrutura do mercado mundial capitalista com o surgimento dos monopólios e a hegemonia do capital financeiro. As grandes potências só podem assegurar uma base segura para o monopólio, num ambiente de concorrência feroz entre os poderosos trustes capitalistas nacionais, através do controle efetivo sobre as fontes de matérias-primas nas áreas subdesenvolvidas. O uso da força militar é o único meio possível no modo de produção capitalista de se resolver os conflitos entre as empresas para a partilha de suas respectivas possessões coloniais buscando a realização dos seus lucros.

O Estado – Nação cumpre um papel fundamental como estrutura que assume os riscos dos empreendimentos realizados no exterior por parte dos monopólios capitalistas, através do uso da violência e da força. Somente por meio do aparato militar é possível consolidar os interesses do capital financeiro e derrubar o concorrente mais forte. A busca incessante pelo lucro por parte dos trustes e cartéis conduz inevitavelmente as grandes potências a resolverem as questões litigiosas por meio dos conflitos armados. Neste sentido, o Estado age em função dos interesses da burguesia financeira.

As despesas militares dos Estados imperialistas cresceram em proporções consideráveis paralelamente ao desenvolvimento do capital monopolista. Vejamos a tabela⁹ a seguir:

Tabela 3 – Despesas do Exército e da Marinha
Países selecionados – 1875/1908

Estados	Ano	Despesas militares em % comparadas às outras despesas		Despesas militares em % comparadas às outras receitas	
				Ano	
Inglaterra	1875	38,6		1907/08	48,6
França	1875	29		1908	37
Áustria-Hungria	1873	26,8		1908	22,8
Itália	1874	19,1		1907/08	28,7
Rússia	1877	34,6		1908	35,6
Japão	1875	17,2		1908	25,1
Alemanha	1881/82	28,5		1908	28,3
Estados Unidos	1875	33,5		1907/08	56,9

Fonte: BUKHARIN, 1984, p.119.

Observava-se desta forma um grande impulso no desenvolvimento da indústria bélica nos principais países avançados. Nos EUA em 1914, US\$ 173.522.804 foram investidos no exército e US\$ 139.682.186 na marinha, totalizando US\$ 313.204.990. Na França em 1913, do total de 1.450.400.485 de francos investidos, cerca de 983.224.376 de francos foram para o exército e 467.176.109 de francos para a marinha. Na Grã-Bretanha no período 1913/14, foram investidos 28.220.000 de libras no exército e 48.809.300 de libras na marinha. Na Alemanha, entre despesas ordinárias e extraordinárias, o total investido nas forças armadas chegou a 97.845.960 libras (BUKHARIN, 1984).

⁹ Foram excluídas quatro colunas referentes às despesas nacionais totais per capita de cada país e as despesas militares per capita.

Os antagonismos existentes entre os grupos financeiros nacionais geram uma perspectiva otimista geral por parte das classes sociais com respeito à política imperialista. Por meio da ideologia nacionalista, segundo Lenine (2005, p.111): “O sinal do nosso tempo é o entusiasmo geral pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios”.

A todo o momento a ideologia dominante¹⁰ penetra no seio da classe trabalhadora buscando ocultar as grandes contradições do capitalismo em sua fase imperialista. No campo marxista, as idéias de Kautsky¹¹, através da teoria do superimperialismo, refletem uma defesa nítida dos interesses do capital financeiro e num rompimento com as posições socialistas assumidas por esse autor. Segundo Lenine:

Kautsky pronunciou-se decididamente em 1915, e mesmo em novembro de 1914, contra as idéias fundamentais expressas na nossa definição do imperialismo, declarando que por imperialismo se deve entender não uma fase ou um grau da economia, mas uma política, e uma política determinada, a política preferida pelo capital financeiro; que não se pode identificar o imperialismo com o capitalismo contemporâneo, que, se a noção de imperialismo abarca todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo – cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial -, então o problema da necessidade do imperialismo, para o capitalismo, transformase na tautologia mais trivial, pois nesse caso, naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo etc (LENINE, 2005, p.91).

Esta teoria trata da possibilidade de se formar um acordo universal entre os trustes capitalistas nacionais, ou seja, a formação de um monopólio mundial único. Do ponto de vista teórico, existe a possibilidade, pois não há limite para a realização de acordos na indústria monopolizada. Entretanto, na prática a realização desse acordo universal é impossível dada a grande desigualdade de interesses no mercado mundial.

Os acordos estabelecidos são feitos segundo uma determinada identidade de interesses entre as empresas envolvidas e de acordo com a correlação de forças de cada parte envolvida no momento em questão. Todavia, o desenvolvimento dos ramos de produção e dos países é desigual no capitalismo, o que implica em novas partilhas de acordo com a nova correlação de forças das partes em questão. Este último aspecto elimina a possibilidade de uma expansão pacífica do modo de produção capitalista através de um acordo universal entre os trustes e

¹⁰ Ver a teoria de Schumpeter na próxima seção.

¹¹ O principal teórico marxista da II Internacional, no período compreendido entre 1889 e 1914.

cartéis. Estas associações entre as empresas cartelizadas não passam de tréguas antes de ocorrerem novos e potencias conflitos armados em caso de mudança na correlação de forças das partes envolvidas.

A teoria de Kautsky exprime uma concepção de mundo pequeno-burguesa, a qual busca opor o capital monopolista ao comércio livre, os trustes à indústria não-cartelizada, as operações ilícitas do capital financeiro à concorrência honesta no mercado livre etc. Neste sentido, oculta as contradições do desenvolvimento capitalista sob o domínio do capital financeiro e busca por meio de reformas levar a paz e o progresso às nações. Lenine (2005, p.120), acrescenta triunfalmente: “Para além do engano das massas, a teoria marxista de Kautsky nada mais contém”.

No que tange aos métodos de luta, no mercado mundial os trustes capitalistas nacionais recorrem ao *dumping* como forma de vencer a concorrência estrangeira, ou seja, por meio do encarecimento dos preços no mercado interno e do seu rebaixamento no mercado internacional. Outras vezes a concorrência entre as empresas pode atingir proporções que fogem ao alcance da moralidade pública:

Existem, no entanto, métodos de luta ainda mais singulares. Queremos referir-nos à luta entre os trustes americanos. Lá as coisas foram além do limite permitido num “Estado policiado”: recrutamento de bancos de energúmenos chamados a destruir as estradas de ferro, a sabotar e arruinar os oleodutos; incêndios e assassinatos; corrupção, em larga escala, dos funcionários e, notadamente, de corporações inteiras de juízes; colocação de espões nas empresas concorrentes etc. Tudo isso pode ser visto, profusamente, na história da formação das gigantescas empresas modernas da América (BUKHARIN, 2005, p.116).

Na próxima seção, será analisada a obra de Schumpeter referente à política imperialista e a forma como este autor faz uma defesa explícita dos interesses do capital financeiro. Esta obra é a principal formulação da economia política burguesa sobre o imperialismo e merece um destaque especial neste trabalho.

4.2 A CONCEPÇÃO SCHUMPTERIANA

Schumpeter em seu livro *Imperialismo e Classes Sociais* formula uma interpretação diametralmente oposta à realizada em nossa investigação. Cabe, porém, esclarecer

primeiramente os motivos que levaram ao relativo esquecimento desta obra de caráter sociológico de sua vasta produção intelectual. Na introdução deste trabalho escrita por Paul Sweezy lemos:

Muitas razões poderiam ser apresentadas para justificar o esquecimento. Entre elas está o fato de que até há bem pouco tempo nem o imperialismo nem as classes sociais preocupavam seriamente a Sociologia anglo-americana, e os trabalhos sobre o assunto, surgidos na Europa, eram geralmente recebidos com pouco interesse. Outro motivo é que no estado atual de divisões estanques das Ciências Sociais, Schumpeter foi considerado como um economista que dificilmente poderia ter alguma coisa de profundo ou importante para dizer sobre assuntos do domínio da Ciência Política e da Sociologia. Por outro lado, cabe alguma culpa ao próprio Schumpeter, que raramente mencionava seus trabalhos sobre imperialismo e classes sociais, e é provável que até mesmo a grande maioria dos estudantes que lhe sofreram influência direta desconhecesse esses estudos (SCHUMPETER, 1961, p.8).

Entretanto, estas circunstâncias não tiram a importância fundamental desta obra na compreensão da problemática do imperialismo. Esta teoria representa uma defesa explícita dos interesses da burguesia mundial ao entender que a expansão do capitalismo atenua o caráter destrutivo das guerras imperialistas.

Ao longo da obra de Schumpeter inúmeros exemplos históricos foram citados por este autor, mas o exame de cada um excederia os limites da investigação aqui pretendida. Limitamo-nos a dizer que segundo os escritos, o imperialismo encontraria os seus melhores exemplos na Antiguidade.

Através de uma análise sistemática de diferentes períodos do desenvolvimento sócio-econômico da história da humanidade, Schumpeter (1961, p.26) chega a seguinte conclusão: “É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição, sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força”.

Para o autor, por mais difícil que possa parecer, inúmeras guerras ao longo da história foram travadas sem um objetivo claro e específico, como pode ser apreendido na seguinte passagem:

Sempre que se usa a palavra imperialismo, há a implicação – sincera ou não – de agressividade, cujas verdadeiras razões não estão nos objetivos momentaneamente buscados; de uma agressividade que se reforça a cada novo êxito; de uma agressividade em si mesma, refletida por expressões como “hegemonia”, “domínio mundial” e assim por diante. *E a História nos*

*mostra, na verdade, nações e classes – a maioria das nações proporciona, numa época ou noutra, um exemplo disso – que procuram expandir-se pelo amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la, por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento*¹² (SCHUMPETER, 1961, p.25).

Neste sentido, segundo a explicação schumpeteriana, o imperialismo estaria presente em todas as fases de desenvolvimento da história da humanidade, não se constituindo num das etapas de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que contraria em todos os seus aspectos com a explicação marxista. As tendências imperialistas existentes na sociedade capitalista seriam sobrevivências da era da autocracia absoluta ou Estado Absolutista.

Uma importante lacuna tentava ser respondida pelo autor em sua abordagem. Ou seja, sendo a política imperialista praticada por um Estado nacional uma agressão levada a cabo sem objetivos pré – determinados como então explicar a sua origem? Eis a resposta sugerida por Schumpeter:

O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta. Em outras palavras, é um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado – ou, em termos de interpretação econômica da História, que provém de relações de produção predominantes no passado do que das que hoje existem. É um atavismo da estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional (SCHUMPETER, 1961, p.866).

Desta forma, o autor faz um embelezamento do capitalismo ocultando as suas profundas contradições internas ao afirmar que a expansão do capitalismo faz desaparecer gradualmente as tendências imperialistas que sobrevivem na era do capital. O progresso da técnica e a racionalização da produção em que a sobrevivência dos indivíduos passa a depender cada vez mais de fatores objetivos, ou seja, no desenvolvimento de novas tecnologias, num ambiente marcado por acirrada competição entre as empresas, faz com que os esforços das pessoas sejam cada vez menos empregados na guerra. A energia excedente passa a ser empregada nas artes, nas ciências e no lazer. Portanto, segundo Schumpeter (1961, p.91): “Um mundo puramente capitalista não pode, portanto, oferecer solo fértil aos impulsos imperialistas”.

¹² Os grifos são nossos.

Ele cita os EUA como o exemplo mais característico de um país que dado o grau de desenvolvimento capitalista alcançado é o que contém menos elementos imperialistas:

Entre tôdas as economias capitalistas, a dos Estados Unidos é a menos propensa sobrecarregada de elementos pré-capitalistas, sobrevivências, reminiscências e fatores de força. Certamente, não podemos esperar que falem aos Estados Unidos tendências imperialistas, pois os imigrantes vieram da Europa com suas convicções já formadas, e o meio certamente favorecia o renascimento dos instintos de luta. Mas podemos fazer a suposição de que, entre todos os países, os Estados Unidos é o menos propenso a exibir tendências imperialistas. Essa suposição é correta (SCHUMPETER, 1961, p.95).

A conclusão de Schumpeter baseia-se no fato de que este autor identifica equivocadamente o capitalismo com o sistema de livre-concorrência:

No sistema de comércio livre não haveria conflito de interesses econômicos entre as diferentes nações, nem mesmo entre as classes de diferentes nações. E como o protecionismo não é uma característica essencial da economia capitalista – pois se assim fosse a economia nacional inglesa dificilmente seria capitalista – é evidente que qualquer interesse econômico num expansionismo pela força por parte de um povo não é necessariamente um produto do capitalismo (SCHUMPETER, 196, p.100).

E o mesmo autor conclui numa passagem de seu livro:

Assim, o proveito dos capitalistas, como classe, não pode constituir motivo para a guerra – e é esse proveito que importa, pois qualquer vantagem para a classe trabalhadora dependeria do desaparecimento de contingentes de trabalhadores nos campos de ação, ou fora deles (SCHUMPETER, 1961, p.98).

No essencial, a abordagem de Schumpeter contém o mesmo sentido da teoria do superimperialismo de Karl Kautsky, qual seja: ocultar as profundas contradições do sistema capitalista em sua fase imperialista sob o domínio da esfera financeira buscando por meio da defesa explícita do comércio livre reformar as bases do imperialismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa uma versão preliminar de um projeto mais ambicioso de investigação sobre o novo imperialismo. A análise das características fundamentais do capitalismo monopolista em sua fase clássica constitui-se num esforço de análise onde os elementos estruturais desta categoria são analisados mediante a perspectiva dos autores clássicos mais relevantes, na qual a sua investigação torna mais clara os traços de continuidade e descontinuidade do imperialismo clássico em relação ao período atual.

Tendo em vista este objetivo, nos capítulos anteriores buscou-se através de uma revisão de literatura dos autores clássicos e de uma forma sintética mostrar os elos fundamentais existentes entre o crescimento da esfera financeira e o aparecimento dos monopólios com a conseqüente luta pela posse de colônias por parte das potências imperialistas no período clássico do imperialismo, ou seja, em fins do século XIX e o início do século XX. Tal desenvolvimento decorreu do processo de concentração e de centralização dos capitais, sendo uma conseqüência direta das leis gerais de funcionamento do capitalismo.

A fase imperialista desenvolveu as forças produtivas a tal ponto que submeteu todas as regiões do planeta às relações de produção capitalistas a partir da intervenção militar e da conquista colonial. O controle da produção pelos cartéis e trustes implicou num domínio a níveis nunca antes conhecidos do homem sobre a natureza.

O imperialismo revela o caráter destrutivo das relações de produção capitalistas em geral. Nesta fase, o capitalismo mostra em toda a sua amplitude os seus antagonismos internos que derivam da sua própria lógica de funcionamento. Na fase monopolista, as contradições inerentes ao sistema capitalista se potencializam e ganham contornos mais dramáticos. Nunca na história da humanidade, o militarismo chegou a níveis tão alarmantes que levaram milhares de homens aos campos de batalha. Por meio das guerras imperialistas, o capital tenta estabelecer um equilíbrio entre o desenvolvimento das forças produtivas aos quadros nacionais de sua exploração (BUKHARIN, 1984).

A pilhagem colonial é uma das formas de reprodução ampliada das relações de produção capitalistas e mais especificamente do capital financeiro e a guerra em si é um dos elementos fundamentais da concorrência intercapitalista praticada pelos Estados nacionais.

O capital financeiro por meio das guerras intensificou os conflitos entre as grandes potências imperialistas pelo controle das matérias-primas localizadas nos países desenvolvidos, pelas esferas de transações lucrativas nos países coloniais e semicoloniais, etc. Isto despertou o nacionalismo e a xenofobia, o ódio ao estrangeiro, nos mais diferentes países. Os movimentos de libertação nacional nas colônias surgiram em meio à opressão imperialista e representaram uma forma de combate ao domínio estabelecido pelo capital financeiro nas nações capitalisticamente dependentes.

A concentração da produção e do capital nas mãos dos trustes chegou a níveis tão alarmantes, a qual impeliu a maior parte da população para viverem em condições de vida sub-humanas, com o aumento da pauperização e do número de mendigos, o que tem gerado fortes tensões sociais nos mais diversos países.

A superexploração do trabalho nos países coloniais drena regularmente a mais-valia produzida neste grupo de países em direção aos países centrais alimentado à especulação financeira. Neste sentido, a oligarquia financeira vive do parasitismo conseguido através dos empreendimentos realizados pelo capital financeiro internacional, obtendo milhões em dividendos pagos pelas empresas estabelecidas no exterior e pelo pagamento de juros pelo uso do seu capital. A sua atividade se restringe ao chamado “corte de cupons” nos países subdesenvolvidos. O ciclo de valorização do capital financeiro obedece a seguinte fórmula: $D - D'$. Ou seja, é o capital que busca a valorização sem sair da esfera financeira, daí a origem dos graves problemas sociais relacionados ao aumento contínuo do desemprego.

Todos esses aspectos despertaram a atenção dos autores socialistas quanto ao fato do imperialismo representar uma fase de transição do capitalismo para o socialismo. A potencialização das tendências destrutivas do capitalismo e as crescentes manifestações contrárias, quais sejam: a insatisfação da opinião pública até mesmo nos países desenvolvidos quanto ao caráter das guerras imperialistas e os movimentos de libertação nacional nas colônias levaram esses autores a conceberem o imperialismo, como a última fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por estarem, envolvidos politicamente com esta problemática e pelo caráter revolucionário da teoria marxista, logicamente a sua concepção teria que resultar numa conclusão dessa natureza. Além disso, os efeitos sociais e políticos das duas guerras mundiais colocaram em relevo as contradições imanentes do capitalismo e da produção mercantil em geral.

Entretanto, a teoria do imperialismo tem sido contestada nos últimos anos pelo fato do capitalismo não ter sido superado como previam os autores socialistas. Entretanto, cabe verificar que os elementos estruturais do capitalismo monopolista ainda continuam firmes na atualidade, quais sejam: os monopólios, o capital financeiro e a exportação de capitais. A guerra não deixou de ser um fenômeno regular e necessário da concorrência entre as diferentes frações do capital. Por outro lado, não é possível conceber um retorno ao período clássico do capitalismo de livre-concorrência, ou imaginar uma fase diferente em que os monopólios não desempenhem um papel de destaque na estrutura econômica do mercado mundial.

Qualquer refutação a respeito do caráter histórico do imperialismo ou do capitalismo em geral serve apenas para atender aos interesses de manutenção da ordem vigente por parte do capital ou os apelos reformistas da pequena burguesia. Não se pode admitir o fim da história como desejam os apologistas do capital, pois isso representaria logicamente a naturalização do modo de produção capitalista.

Por outro lado, a oligarquia financeira dispõe de um controle quase ilimitado sobre a sociedade e este poder deriva da força de seu capital. Os monopólios concentram a quase totalidade dos meios de produção e da mão-de-obra nos mais diferentes países. A grande concentração de capital nas mãos dos grupos financistas permite a estes a possibilidade de subornar economicamente os sindicatos e as demais representações dos trabalhadores (LENINE, 2005).

Na esfera pública, a corrupção, o suborno e a fraude possibilitam aos monopólios a cumplicidade das autoridades governamentais ou a escolha de membros ligados aos trustes para cargos importantes no aparelho de estado tendo em vista a representação dos seus interesses. Os trustes exercem certo controle sobre a opinião pública ao monopolizarem a imprensa escrita e os demais meios de veiculação das informações.

A força de seu capital faz valer os seus interesses nos tribunais através da corrupção dos membros do Legislativo, da burla da legislação por parte de seus membros e de práticas desleais no âmbito da concorrência entre os diferentes capitalistas. Os consumidores e as pequenas empresas se vêem normalmente lesados com o aumento contínuo dos preços e pelas práticas criminosas por parte dos monopólios.

Neste sentido, a sua influência e o seu poder se fazem sentir nas mais diferentes esferas da sociedade. Contam quase que sempre com o apoio das classes dominantes localizadas nos países coloniais e o Estado-Nação passa a representar os seus interesses no plano internacional, constituindo-se como uma espécie de gabinete político da burguesia financeira.

O capitalismo em sua fase imperialista revela a dimensão alcançada pela esfera financeira nesta etapa de seu desenvolvimento. As instituições financeiras têm a sua disposição o controle sobre a estrutura produtiva dos mais diferentes países e as suas operações no exterior tendem a alargar a sua densa rede de dependências e de influências pelo mundo inteiro. As suas operações envolvem desde os empréstimos públicos e privados à instalação de empresas nos países receptores deste capital imperialista sobre condicionalidades impostas aos tomadores de empréstimos.

Os capitais financeiros nacionais repartem o mundo entre si e de acordo com a força do seu capital nos países subdesenvolvidos e o processo de produção de mais-valia neste grupo de países atende a lógica de reprodução do capital imperialista contando com o apoio das classes dominantes locais.

O mundo inteiro sofre o jugo da opressão imperialista por parte dos trustes nacionais localizados nos países centrais e este aspecto faz com que as nações subdesenvolvidas paguem pesados tributos aos países capitalistas avançados através da exportação de capital imperialista.

Em termos culturais, a dominação pode ser compreendida pela tentativa das populações localizadas nos países coloniais e semicoloniais, principalmente das classes dominante locais, em imitar os hábitos de consumo e o estilo de vida das populações localizadas nos países desenvolvidos.

Na esfera política, há uma espécie de identidade de interesses entre os governos dos dois grupos de países consubstanciados pelos acordos comerciais e financeiros firmados, em benefício dos países imperialistas. Os projetos de desenvolvimento sócio-econômico nos países subdesenvolvidos são realizados com o aval do capital financeiro internacional e de suas instituições representativas, os quais passam a disponibilizar a ajuda técnica e financeira disponível para a consecução dos programas a serem efetuados. A intervenção do capital

imperialista nos países coloniais em seus projetos de desenvolvimento sufoca qualquer possibilidade de crescimento econômico tendo como base o capital local.

Diante do que já foi exposto fica claro a dimensão e o poderio alcançado pela esfera financeira e as suas múltiplas interconexões com as grandes transformações ocorridas no capitalismo em fins do século XIX e o início do século XX. Particularmente notável é o papel que os monopólios passam a desempenhar na vida econômica.

No plano das relações internacionais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assistimos a mais um capítulo histórico da expansão colonial mais somado desta vez aos interesses do capital financeiro, relacionado à sua incessante necessidade de controle das fontes de matérias-primas e ao estabelecimento de investimentos lucrativos através da exportação de capitais para os países coloniais e semicoloniais.

No que tange a atualidade, a nova fase do capitalismo é comumente chamada de neoliberalismo, onde as finanças, reprimida depois da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, reafirma a sua hegemonia na transição dos anos 1970 e 1980, depois de uma luta de classes de grande envergadura. Considerada do ponto de vista das relações internacionais, esta onda neoliberal só pode ser entendida no contexto do imperialismo hegemônico global, sob o domínio dos EUA. Nesta etapa, o capital financeiro busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, através da especulação bem - sucedida. O capital financeiro norte – americano ocupa posição hegemônica em razão do lugar ocupado pelo dólar, quanto da dimensão e da segurança dos mercados financeiros estadunidenses.

O quadro atual do capitalismo mundial marcado pela hegemonia do capital financeiro no plano internacional, expresso no plano político pela vitória do neoliberalismo, demonstra a força e a vitalidade desta categoria analítica para a compreensão das transformações recentes do capitalismo em escala global e da necessidade de sua retomada por todos aqueles que se debruçam sobre as causas e os efeitos dos graves conflitos ocorridos ao longo do século XX e neste início de século XXI.

Apesar das derrotas históricas sofridas pela classe trabalhadora ao longo dos últimos anos, as contradições imanentes do sistema capitalista postas a descoberto pela agressão imperialista colocam continuamente o socialismo e a teoria marxista na ordem do dia, e como a única

alternativa viável para os graves conflitos que mais afligem a humanidade na atualidade. Lênin (2005, p.14) escreve: “O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado”. Entretanto, a realização desse projeto dependerá da dinâmica da luta de classes e do nível de desenvolvimento econômico alcançado pelo capitalismo em sua trajetória histórica.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Vânia Lomônaco. A teoria do capitalismo monopolista revisitada. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 87-105. 1997.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 161p. Coleção Os Economistas.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346p. Coleção Os Economistas.

HOBSON, Jhon Atkinson. **A Evolução do capitalismo moderno**: Um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 361p. Coleção Os Economistas.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3º ed. São Paulo: Centauro, 2005. 130p.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1 e 2. Coleção Os Economistas.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 410p. Coleção Os Economistas.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 713-824.

MORAES, João Quartim de. A teoria leninista do imperialismo e a miragem globalista. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003. p.361-374.

SCHUMPETER, J.A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. 194p. Biblioteca de Ciências Sociais.